



Paulo Lacerda (E) e Jorge Félix falam a parlamentares sobre escutas ilegais

Grampos: a Abin é vítima de condenação precipitada?

Em depoimento no Congresso, o ministro da Segurança Institucional, general Jorge Félix, e o diretor afastado da Abin, Paulo Lacerda, afirmaram que a agência de inteligência está sendo condenada pela mídia sem que haja provas de sua participação nos episódios dos grampos ilegais. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.878 – Brasília, quarta-feira, 10 de setembro de 2008

Senado aprova 46 matérias e consolida leis para a saúde



Tião Viana (entre Tasso Jereissati e Romeu Tuma) é autor da consolidação das leis da saúde, que agora segue para a Câmara dos Deputados

Legislação única permitirá que cidadãos tenham conhecimento das normas ligadas à área. Vai a sanção projeto que prevê regras para uso de animais em pesquisas

Em sessão encerrada ontem às 20h17, o Plenário ratificou 39 acordos internacionais e votou mais sete propostas, entre elas as regras para uso de animais em pesquisas científicas e a adição de derivados de mandioca a produtos destinados aos programas sociais. Outro projeto acolhido veta a inserção, em certidões de nascimento e de óbito, de expressões que indiquem condição de pobreza. A consolidação das leis da saúde será agora analisada pela Câmara. **4 e 5**

Sancionada licença de seis meses para mães

A lei que institui o aumento da licença-maternidade de quatro para seis meses foi sancionada ontem pelo presidente Lula. Proposta por Patrícia Saboya, a lei será publicada hoje no *Diário Oficial*, mas, na prática, só valerá em 2010. Lula vetou parágrafo que dava isenção fiscal às empresas enquadradas no Simples que concedessem a licença de seis meses para suas funcionárias. O segundo veto atingiu artigo que isentava patrões e empregadas do pagamento da contribuição previdenciária nos dois meses a mais da licença.

Mesa recomenda que parlamentares demitam parentes

“Quem não cumprir estará sujeito às penas da lei”, afirmou ontem Garibaldi Alves depois de presidir reunião da Mesa. **2**

Senadores pedem substituição de diesel poluidor

Casagrande e Valadares pedem providências ao Conselho Nacional do Meio Ambiente. **6**

Haiti quer permanência de tropas brasileiras

Primeira-ministra Michele Pierre-Louis agradece a senadores da Comissão de Relações Exteriores ajuda à reconstrução de seu país. **5**

Língua de Sinais poderá ser ensinada a crianças

A Comissão de Educação aprovou ontem, em primeiro turno, projeto de Cristovam Buarque que torna obrigatória a oferta do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na educação infantil e no ensino fundamental. Cristovam ressaltou a importância da iniciativa, mas esclareceu que, pelo projeto, a disciplina não será obrigatória para os estudantes. **7**



Fátima Cleide cumprimenta Cristovam na reunião em que a Comissão de Educação acolheu diversas matérias

Márcia Kallume

Integrantes da cúpula do Senado decidem não editar nenhum documento disciplinando a aplicação de decisão do Supremo, mas advertem que descumprimento sujeita responsáveis às penas da lei



Garibaldi (C) preside reunião em que a Mesa resolveu dar amplo direito de defesa ao senador Expedito Júnior

Mesa recomenda a senadores o fim imediato do nepotismo

“QUEM NÃO CUMPRIR estará sujeito às penas da lei”, afirmou ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao anunciar a posição da Mesa da Casa pela aplicação imediata de súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que acaba com a prática do nepotismo nos três Poderes.

– A Mesa está recomendando aos senadores que promovam de imediato as medidas necessárias para o cumprimento da súmula do STF – disse.

Também participantes da reunião, os senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) informaram que o Senado não aprovará nenhuma norma interpretando a súmula.

– Não podemos discutir com o STF. É uma decisão da corte máxima do país. Hoje, a súmula se sobrepõe a qualquer outra coisa. A decisão da Mesa foi lembrar que todos têm de cumprir a decisão do Supremo. Aí passa a ser uma questão de cada senador. Caso não demita, estará infringindo uma decisão da suprema corte, e isso é muito grave. O senador pode ser interpelado pelo não-cumprimento da

súmula – afirmou Papaléo.

Ele explicou que quem assina as nomeações dos servidores do Senado é o presidente da Casa. Quem assina as dos cargos de confiança é o diretor-geral. Então, esclareceu ainda o parlamentar, o diretor poderá pedir ao presidente autorização para desligar da Casa o servidor favorecido por ato de nepotismo.

Defesa

Papaléo Paes informou que a Comissão Diretora discutiu também a situação do senador Expedito Júnior (PR-RO), que teve o mandato cassado por decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia, confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele disse que o Senado vai aplicar, nessa questão, a jurisprudência firmada por ocasião do afastamento do ex-senador João Capiberibe.

– Vamos dar ao senador todas as chances de defesa para não passar pelo vexame que passamos quando o presidente anterior deu posse a Gilvam Borges e, depois, teve de reconsiderar

porque ainda faltavam recursos a serem julgados. Expedito Júnior continuará senador até o último recurso dele na Justiça transitar em julgado.

O que diz a Súmula Vinculante nº 13

“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição federal.”

Seminário internacional estuda o Poder Legislativo

Começou ontem no auditório da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB) o II Seminário Internacional de Estudos sobre o Legislativo, promovido conjuntamente pelo Senado, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União e UnB. Especialistas vão discutir até amanhã temas ligados ao Parlamento brasileiro, com destaque para a Constituição de 1988, que faz 20 anos.

Os integrantes da mesa foram unânimes em ressaltar que a aproximação do Poder Legislativo com o mundo acadêmico gera benefícios para o cidadão.

Em sua palestra, o ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, fez um balanço de todas as constituições republicanas brasileiras, desde 1891, para demonstrar o saldo positivo da Constituição de 1988, que rege o mais longo período de estabilidade institucional da história do Brasil.



Arlindo Chinaglia, Gilmar Mendes, Alexandre Bernardino, Denise Zoghbi e Gustavo Ribeiro

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, elogiou a realização do seminário, destacando que o evento “é uma forma de promover a reflexão e o debate sobre o legado da Constituinte e o aperfeiçoamento da democracia e da participação popular”.

O professor Alexandre Bernardino, decano da UnB, ressaltou o papel

protagonista da universidade na discussão sobre a democracia e afirmou que a Constituição de 1988 é criticada exatamente por se manter viva.

Compuseram também a mesa a diretora do Instituto Legislativo Brasileiro, Denise Zoghbi, representando o presidente do Senado, Garibaldi Alves; e o diretor do Instituto de Ciências Sociais da UnB, Gustavo Ribeiro.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Redução da maioria em pauta

Às 14h a sessão plenária é deliberativa. O primeiro item em pauta é a proposta que reduz para 16 anos a idade para a imputabilidade penal.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, preside, às 16h, a ordem do dia.

CAS: assistência técnica para construção de casa popular

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne às 11h para votar dez proposições. O primeiro item da pauta é a indicação de Dirceu Brás Aparecido Barbano para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também deverá ser analisado projeto que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social (casa popular).

Regras para equipamentos de escuta em discussão na CCT

Às 8h45, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) se reúne para analisar 14 propostas, entre elas a que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas fabricantes de equipamentos de escuta telefônica comunicarem ao Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, o cadastro completo dos compradores públicos e privados. O primeiro projeto da pauta é o que propõe a criação de uma rede de emissoras de rádio comunitária na Amazônia ocidental.

Na CDH, treinamento para identificar crianças maltratadas

Em reunião às 9h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) irá analisar seis projetos. Entre eles estão dois que alteram o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). O primeiro obriga entidades a contarem em seus quadros com pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos contra crianças e adolescentes. O outro pretende declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou na exploração de prostituição de menores.

CCJ debate novas normas para processo de escuta telefônica

Pauta com 17 proposições será votada na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h. O primeiro item é o substitutivo ao projeto que estabelece novas condições para o procedimento de interceptação telefônica, informática e telemática, visando, entre outros objetivos, acabar com a escuta ilegal. Também poderá ser votada proposta que altera as Leis 8.176/91 e 9.847/99, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado.

Debate sobre escuta telefônica ilegal reúne no Congresso chefe do Gabinete de Segurança Institucional, diretor afastado da Abin e diretor da PF



Leopoldo Silva

Na reunião da comissão mista, Paulo Lacerda (E), Jorge Félix, Heráclito Fortes, deputado Marcondes Gadelha e Luiz Fernando Corrêa: autoridades vêem precipitação de conclusões e "execração" de servidores

Lacerda e Félix defendem Abin no caso dos grampos

NA ABERTURA DO depoimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, na tarde de ontem, o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), delegado Paulo Lacerda – temporariamente afastado –, criticou a mídia pela condenção precipitada da agência no episódio dos grampos.

A comissão ouviu ontem, em depoimento fechado, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix; o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa; e o diretor do Departamento de Contra-Inteligência da Abin, Paulo Maurício Fortunato, também afastado do cargo; além do próprio Lacerda.

Apesar de dizer que aprova o afastamento "para dar plena liberdade e transparência às investigações", Lacerda lamentou que os funcionários da Abin estejam sendo "execrados" diante da opinião pública sem que haja prova de sua participação nos crimes noticiados.

Estigma
Na mesma linha, Jorge Félix chamou a atenção para a ausência de elementos concretos que

incriminem os agentes da Abin.

– A revista [Veja] diz que foi alguém da Abin. A agência tem sido sistematicamente acusada de fazer e desfazer coisas. Foi julgada e condenada antes que se chegasse a qualquer conclusão. Os servidores já começam a carreira com um estigma. Se houver acusação comprovada, os envolvidos serão julgados.

Por sua vez, Luiz Fernando Corrêa afirmou que a preocupação da PF é com quem se utiliza da tecnologia sem autorização. "Quem produz prova dentro da legalidade não teme nem busca burlar o controle", disse.

Comissão deve receber relatório do Exército sobre equipamentos

O presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que o colegiado deverá receber o relatório do Exército que trata dos equipamentos de que a Abin disporia para a realização de grampos. Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que Jorge Félix decidiu divulgar só uma parte do relatório. "Apenas o suficiente para não exibir nem as deficiências nem as deficiências do sistema", afirmou.

Ambrósio do Nascimento como principal responsável pelos grampos ilegais que teriam atingido, entre outras autoridades, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, e o senador Demostenes Torres (DEM-GO). Ambrósio foi cedido à PF para auxiliar o delegado Protógenes Queiroz na Operação Satiagraha. Segundo Heráclito, "a participação de Ambrósio na PF deverá ser esclarecida".

Os parlamentares chamaram a atenção para a necessidade de regulamentação das atividades de inteligência no país. Tião Viana (PT-AC) é relator de projeto de resolução que trata do assunto (PRS 2/08).

Satiagraha

Reportagem da revista *IstoÉ* aponta o agente aposentado do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) Francisco



J. Freitas

Presidente da CCJ, Maciel (E) reúne-se com Garibaldi para tratar da Lei do Grampo

Marco Maciel: projeto pode ir hoje mesmo para a Câmara

O primeiro item da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de hoje é o substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) a projeto que disciplina a quebra, por ordem judicial, do sigilo das comunicações telefônicas para investigação criminal ou instrução processual. A iniciativa pune com até seis anos de reclusão quem grampear telefones sem autorização judicial.

A informação foi dada pelo presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE). Ele disse que, havendo entendimento político para que ninguém recorra contra essa votação, a proposta poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados.

– A matéria é terminativa. O que pode acontecer é o oferecimento de recurso, o que significará aguardar cinco sessões para uma votação definitiva. Mas estamos otimistas em que ninguém apresentará

recurso – explicou.

O senador disse ainda que, como o autor do substitutivo está em missão oficial junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), vai designar Tasso Jereissati (PSDB-CE) para dar parecer às emendas apresentadas à proposta. Maciel acredita que essas emendas serão acolhidas pela CCJ.

O substitutivo de Demostenes Torres modifica a Lei 9.296/96, que regulamenta dispositivo constitucional sobre a inviolabilidade das comunicações telefônicas.

Prioridade

Maciel reuniu-se ontem com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, para discutir o assunto.

Garibaldi afirmou que a prioridade do Legislativo, no momento, é inibir "aqueles que estão se aproveitando do progresso tecnológico para grampear sem autorização judicial".

Agripino: é preciso saber quem grampeou

O senador José Agripino (DEM-RN) afirmou que o caso dos grampos contra o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, e senadores precisa ser esclarecido o mais rapidamente possível. Ele disse que as autoridades têm a obrigação de informar quem realizou os grampos, com qual equipamento e objetivo.

Para Agripino, a escuta ilegal caracteriza desrespeito às garantias individuais de cidadãos brasileiros. O senador chegou a insinuar que uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) pode ser instalada para investigar o acontecimento caso a situação permaneça sem esclarecimentos.

– Eu não tenho nada a temer. Até ousaria dizer que tenho certeza de que o meu telefone está grampeado, e há muito tempo. Numa atitude que reputo ilegal, mas, podem grampear, não tem o menor problema. Agora, isso é a quebra do estado de direito, das garantias individuais, do direito à intimidade e ao sigilo – protestou o líder do DEM no Senado.



Genivaldo Miguella

José Agripino cogita a possibilidade de se instalar uma CPI caso o grampo não seja esclarecido



J. Freitas

José Nery diz que novas leis devem punir com mais rigor as escutas ilegais

Nery pede varredura em todos os gabinetes

José Nery (PSOL-PA) informou ao Plenário ter encaminhado ofício ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, solicitando que ele convoque a Polícia Federal para realizar "uma varredura em todos os gabinetes" da Casa com o objetivo de verificar se existe algum telefone grampeado. Ponderou que a Polícia do Senado só fez varredura nos gabinetes dos senadores citados pela *Veja* e por outros órgãos da imprensa como vítimas de escuta.

Nery relatou que o diretor afastado da Abin, delegado Paulo Lacerda, contestou ontem, em depoimento no Congresso, versão do ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre a capacidade dos equipamentos comprados pela agência. Lacerda disse que a Abin não possui equipamentos para escutas telefônicas.

Para José Nery, o Congresso deveria modificar a legislação para punir com mais rigor as escutas ilegais privadas. Informou que pretende apresentar emenda com essa finalidade a um projeto de Romeu Tuma (PTB-SP).

Ideli: "Mídia só justifica ações dos EUA"

O socorro financeiro do governo dos Estados Unidos a duas empresas do mercado imobiliário daquele país simbolizou, na opinião de vários economistas, "o enterro do neoliberalismo" e "a falência daqueles que apregoavam que o Estado não tem que intervir", disse Ideli Salvatti

(PT-SC). A senadora criticou a mídia brasileira, unânime, segundo ela, na defesa da intervenção do governo americano, "mas que critica os programas nacionais de distribuição de renda".



Foto de Genivaldo Miguella

Por acordo de líderes, senadores aprovam projeto que reúne em único documento leis sobre saúde que hoje estão dispersas e, em alguns casos, são repetitivas. De autoria do senador Tião Viana, projeto será apreciado pela Câmara

Aprovado projeto que consolida leis sobre saúde no país

OS SENADORES APROVARAM ontem o projeto de lei do Senado (PLS 619/07), de autoria de Tião Viana (PT-AC), que consolida a legislação sanitária federal.

A matéria, relatada pelo senador Augusto Botelho (PT-RR), reúne a legislação federal em vigor, na área de saúde, e tem o objetivo de atender ao que dispõe a Lei Complementar 95/98 e ordenar os dispositivos legais que tratam do tema, para facilitar seu conhecimento e sua interpretação, aplicação e alteração.

O diploma legal único, nesse caso, revoga formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificar o alcance ou sem interromper a força normativa dos dispositivos consolidados.

Para obter maior clareza, o novo texto legal está dividido em livros, títulos e capítulos. Tião Viana explica, na justificativa da matéria, que sua proposta teve por objetivo ainda unir disposições repetidas ou de valor normativo idêntico, além de atualizar a denominação de órgãos da administração pública e o valor de penas pecuniárias.

A proposta invalida dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores e exclui dispositivos vetados ou considerados extintos.

A consolidação resultou em um texto composto de nove livros, com a seguinte estrutura: Livro 1, trata do Sistema Único



Da esquerda para a direita, senadores Gim Argello, Romeu Tuma, Efraim Morais, Papaléo Paes, José Agripino, Eduardo Suplicy e Flávio Arns acompanham a votação do projeto que cria um novo marco referencial para que a legislação sobre saúde seja mais bem interpretada

de Saúde (SUS); Livro 2, dispõe principalmente sobre a saúde suplementar; Livro 3, agrupa legislação relativa à vigilância sanitária; Livro 4, reúne normas referentes ao sangue e seus componentes e derivados; Livro 5, trata do controle de doenças e agravos; Livro 6, aborda a atenção à saúde e incorpora legislações que tratam, entre outros temas, do planejamento familiar; Livro 7, agrupa dispositivos como os que instituem o uso obrigatório de emblema distintivo das organizações nacionais de saúde; Livro 8, aborda as infrações à legislação sanitária federal; e Livro 9, trata das cláusulas de revogação e de vigência.

A matéria segue para apreciação da Câmara dos Deputados.



Para Tião Viana, diploma legal único permitirá que cidadãos tenham pleno conhecimento das normas ligadas à saúde

Certidões podem deixar de indicar situação de pobreza

A inserção, nas certidões de nascimento e de óbito, de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhante será proibida de acordo com projeto acatado ontem.

Aprovada a redação final, a matéria (PLC 20/07) vai à sanção presidencial. O relator foi Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Também foi aprovado o PLC 34/07 – da Presidência da Re-

pública, e relatado no Senado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – que permite que o registro de nascimento de maiores de 12 e menores de 18 anos seja feito pessoalmente perante oficial de registro, sem necessidade de intervenção judicial, exceto se o oficial suspeitar de falsidade da declaração de nascimento e as provas exigidas não forem suficientes para dissipar a suspeita.

Senado ratifica 39 acordos internacionais

O Plenário aprovou ontem 39 projetos de decreto legislativo que ratificam acordos internacionais assinados pelo Brasil. Todos eles vão à promulgação. Veja abaixo a lista desses acordos:

- **PDS 167/08** – Trata da supressão de vistos entre Brasil e Lituânia (4 de novembro de 2002).
- **PDS 100/08** – Sobre serviços aéreos entre Brasil e Nigéria (6 de setembro de 2005).
- **PDS 101/08** – Cooperação técnica entre Brasil e Tanzânia (15 de maio de 2006).
- **PDS 102/08** – Acordo-quadro entre Brasil e Índia sobre a cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior (25 de janeiro de 2004).
- **PDS 103/08** – Construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Paraná, entre Brasil e Paraguai (8 de dezembro de 2005).
- **PDS 104/08** – Combate ao tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas transnacionais, assinado entre Brasil e Bolívia (9 de dezembro de 2005).
- **PDS 105/08** – Sobre serviços aéreos entre Brasil e Índia (12 de setembro de 2006).
- **PDS 106/08** – Cooperação técnica entre Brasil e Nicarágua (12 de fevereiro de 2006).
- **PDS 107/08** – Isenção parcial de vistos entre Brasil e Hong Kong (20 de outubro de 2005).
- **PDS 109/08** – Aprova o texto do protocolo de emenda ao acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio, da Organização Mundial do Comércio, adotado pelo conselho geral daquela organização (6 de dezembro de 2005).
- **PDS 110/08** – Cooperação trilateral na agricultura entre Brasil, África do Sul e Índia (13 de setembro de 2006).
- **PDS 111/08** – Assinado entre Brasil e Argentina, trata da defesa da concorrência (16 de outubro de 2003).
- **PDS 117/08** – Aprova os textos em-

nados do XXI Congresso da União Postal Universal.

- **PDS 118/08** – Trata da cooperação judiciária em matéria civil entre Brasil e Líbano (4 de outubro de 2002).
- **PDS 119/08** – Aprova o texto do acordo entre o Brasil e o Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe sobre a Operação do Centro no Brasil (12 de setembro de 2000).
- **PDS 121/08** – Acolhe atos do XVIII Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), celebrados no Panamá (setembro de 2000).
- **PDS 122/08** – Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social, adotada em Genebra (28 de junho de 1952).
- **PDS 123/08** – Cooperação em matéria sanitária veterinária entre Brasil e Argélia (12 de maio de 2005).
- **PDS 124/08** – Aprova o texto da adoção de emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto (1978).
- **PDS 144/08** – Cooperação na área de defesa entre Brasil e Portugal (13 de outubro de 2004).
- **PDS 145/08** – Cooperação entre Brasil e Moçambique sobre combate à produção, ao consumo e ao tráfico ilícitos de entorpecentes (31 de agosto de 2004).
- **PDS 113/08** – Acordo entre Brasil e Bolívia para a construção de uma ponte sobre o rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín (14 de fevereiro de 2007).
- **PDS 114/08** – Cooperação técnica entre Brasil e União Africana (28 de fevereiro de 2007).
- **PDS 125/08** – Acordo entre Brasil e Liga dos Estados Árabes para instalação da delegação permanente dessa liga em Brasília (23 de abril de 2007).
- **PDS 126/08** – Cooperação técnica

entre Brasil e Benin (11 de agosto de 2005).

- **PDS 127/08** – Acordo trilateral entre Brasil, África do Sul e Índia sobre navegação mercante e outros assuntos relacionados ao transporte marítimo (13 de setembro de 2006).
- **PDS 140/08** – Cooperação entre Brasil e Nigéria sobre o combate à produção ilícita, consumo e tráfico de drogas e lavagem de dinheiro (6 de setembro de 2005).
- **PDS 141/08** – Cooperação entre Brasil e Argélia no campo da proteção dos vegetais e da quarentena vegetal (12 de maio de 2005).
- **PDS 142/08** – Cooperação cultural entre Brasil e Barbados (17 de maio de 2005).
- **PDS 143/08** – Cooperação na área de educação superior, pesquisa e tecnologia entre Brasil e Tunísia (16 de janeiro de 2006).
- **PDS 146/08** – Cooperação na área de defesa entre Brasil e Coreia do Sul (31 de março de 2006).
- **PDS 147/08** – Acordo-quadro entre Brasil e Peru sobre cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior (17 de fevereiro de 2006).
- **PDS 148/08** – Aprova texto dos Atos da União Postal Universal (UPU), concluídos em Beijing (15 de setembro de 1999).
- **PDS 149/08** – Prevenção e combate ao tráfico ilícito de migrantes, entre Brasil e Guatemala (20 de agosto de 2004).
- **PDS 150/08** – Cooperação na área de turismo entre Brasil e Portugal (29 de outubro de 2005).
- **PDS 152/08** – Revisão dos estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (17 de julho de 2006).
- **PDS 153/08** – Cooperação financeira entre Brasil e Alemanha (27 de novembro de 2003).
- **PDS 156/08** – Cooperação econômica entre Brasil e Hungria, celebrado em Brasília, em 5 de maio de 2006.
- **PDS 157/08** – Acordo para proteção de informação classificada entre Brasil e Portugal (13 de outubro de 2005).

Vai a sanção projeto que prevê regras para uso de animais em pesquisas

As regras para o uso de animais em pesquisa científica foram aprovadas ontem pelo Plenário. O projeto cria o Conselho Nacional de Experimentação Animal (Concea), a quem caberá definir as normas para garantir que o uso de animais ocorra com um mínimo de sofrimento, e credenciar instituições interessadas na criação e uso de animais para fins de ensino e pesquisa. A proposta (PLC 93/08), que segue agora para a sanção presidencial, foi apresentada em 1995 pelo então deputado federal Sérgio Arouca.

O Concea terá ainda a atribuição de monitorar e avaliar a introdução de técnicas alternativas que substituam o uso de animais tanto no ensino quanto na pesquisa científica. A meta é evitar ao máximo o sofrimento e a dor no animal submetido a procedimentos em laboratórios. Não estão incluídas as atividades zootécnicas ligadas à agropecuária.

Os animais deverão receber cuidados especiais antes, durante e após o experimento, e seu uso ficará restrito ao ensino técnico de nível médio da

área biomédica e ao ensino superior. O uso em pesquisa será permitido nas atividades relacionadas à ciência básica e aplicada, ao desenvolvimento tecnológico e à produção e controle de qualidade de drogas, medicamentos, alimentos, imunobiológicos e instrumentos. Fica proibido o uso em animais submetidos a experiências de bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas.

Para uma instituição conseguir credenciamento junto ao Concea deverá criar uma comissão de ética no uso de animais integrada por veterinários, biólogos, professores, pesquisadores e representante de sociedade protetora de animais. Essas comissões serão responsáveis por zelar pelo cumprimento da lei em suas respectivas instituições.

A proposta também define penas para quem descumprir a lei: advertência; multas de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil; interdição temporária; suspensão de financiamentos oficiais; e interdição definitiva.

Alimentos de programas sociais devem conter derivados de mandioca

Foi aprovada ontem em Plenário a proposta que obriga as prefeituras e os governos estaduais e federal a exigirem dos seus fornecedores de biscoitos, pães e massas que a farinha de trigo tenha recebido mistura de algum derivado de mandioca – farinha fina, farinha de raspa e fécula de mandioca.

Isso significa que todos os programas sociais que distribuem esses produtos terão de contar com a nova mistura, caso a proposta seja sancionada pelo presidente da República.

O projeto (PLC 22/07) prevê que a farinha de trigo – ou seus produtos transformados – vendida aos governos deverá ter no mínimo 3% de derivados de mandioca já no primeiro ano de vigência da lei. A partir do segundo ano, a farinha de trigo deverá receber no mínimo 6%, percentual que subirá para 10% depois do terceiro ano.

Haiti quer permanência das tropas brasileiras

Primeira-ministra recebe delegação de senadores da Comissão de Relações Exteriores e lembra que Haiti busca há 20 anos construir estabilidade na democracia

A PRIMEIRA-MINISTRA DO Haiti, Michele Pierre-Louis, recebeu, na segunda-feira, a delegação de senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e agradeceu a presença de tropas brasileiras no país, no comando da missão da Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu primeiro dia útil após tomar posse do cargo, ela pediu aos parlamentares que as tropas continuem na região.

– O Haiti viveu muito tempo sob ditaduras e, nessa época, havia alguma forma de estabilidade. Há 20 anos estamos tentando construir a estabilidade na democracia e é muito difícil – afirmou a primeira-ministra.

Michele Pierre-Louis pediu a cooperação brasileira em obras de infra-estrutura, principalmente na geração de eletricidade, uma vez que o país não tem iluminação pública. A primeira-ministra lamentou que o Haiti tenha sido atingido por quatro ciclones recentemente.

A reunião com a chefe de governo contou com a presença, ainda, do chanceler do Haiti, Jean Renaud. A comitiva da CRE, que cumpriu agenda de visitas a cinco países caribenhos



Comitiva de parlamentares foi recebida pela missão brasileira no Haiti

e da América Central – Guiana, Panamá, Jamaica, República Dominicana e Haiti – foi formada, além de Heráclito Fortes (DEM-PI), pelos senadores Marco Antônio Costa (DEM-TO), Virgínio de Carvalho (PSC-SE) e Mesquita Júnior (PMDB-AC). Na noite de segunda-feira, a delegação retornou ao Brasil.

Credibilidade

No último dia da viagem, os parlamentares encontraram-se também com o secretário-geral da missão de paz da ONU no Haiti, Hedi Annabi. Ele pediu

aos senadores que as tropas brasileiras sejam mantidas no país por pelo menos mais um ano.

Heráclito perguntou ao secretário da ONU se ele tinha informações sobre um filme que denuncia supostos abusos cometidos pelas tropas brasileiras no Haiti – o filme foi mostrado por Eduardo Suplicy (PT-SP), em reunião da CRE no último mês. Hedi Annabi informou que se trata de uma montagem.

– A ONG que divulgou esse filme não tem credibilidade nem aqui nem no exterior – garantiu Annabi.

Alvaro Dias alerta para crise do Mercosul

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) leu em Plenário trechos de artigo de Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos, publicado ontem no jornal *O Estado de S. Paulo*, advertindo que o Mercosul “está seriamente abalado e sem perspectiva”. O parlamentar considerou lúcidas e realistas as afirmações do diplomata, hoje presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Alvaro Dias concordou com a avaliação do ex-embaixador de que o governo não se deu conta de que a fidelidade do Brasil ao projeto de integração “é a única garantia” de que o Mercosul não irá se desintegrar no futuro.



Senador lê artigo de embaixador sobre situação do bloco regional



Flávio Arns comemora prestígio das paraolimpíadas no país

Flávio Arns elogia paraolímpicos brasileiros

O senador Flávio Arns (PT-PR), em pronunciamento na tribuna, homenageou o desempenho dos atletas paraolímpicos brasileiros em Pequim e ressaltou que o país enviou para o evento a maior delegação de todos os tempos: 188 atletas, que competem em 17 modalidades.

O senador informou que, nos três primeiros dias de competição, o Brasil ocupa a sétima colocação geral, com oito medalhas de ouro, quatro de prata e quatro de bronze. Flávio Arns citou nominalmente os atletas Antonio Tenório, Karla Cardoso, Michelle Ferreira e Clodoaldo Silva.

O parlamentar comemorou o crescimento do paradesporto no Brasil e em todo o mundo. Em Pequim, informou, estão 148 delegações de diferentes países. Os ingressos vendidos, acrescentou, impressionaram até os organizadores, que esperam um milhão de espectadores.

Fátima Cleide apóia produtores de leite de RO

A decisão dos produtores de leite de Rondônia de paralisar a entrega do produto aos laticínios, em protesto contra os baixos preços oferecidos e contra os aumentos dos insumos usados pelos fazendeiros, recebeu o apoio de Fátima Cleide (PT-RO). A senadora recomendou a eles não ficarem “reféns” apenas do leite, diversificando sua produção para que possam superar as fases de baixos preços.

Ela ainda agradeceu a Comissão de Educação por ter aprovado emenda ao PLS 507/03, de sua autoria, que define as categorias de trabalhadores considerados profissionais de educação. Informou que a medida beneficiará cerca de um milhão de funcionários das escolas de ensino básico.



Fátima Cleide festeja aprovação de emenda a projeto de sua autoria

APROVADA PREMIAÇÃO PARA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE QUE SE DESTACAR

O Plenário aprovou substitutivo de Flávio Arns (PT-PR) ao projeto que autoriza o Ministério da Saúde a outorgar a Medalha de Mérito Oswaldo Cruz por ocasião do Dia Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde, comemorado anualmente em 4 de outubro.

O substitutivo ao PLC 2/08 prevê que a medalha será concedida àqueles que se destacarem de forma notável ou relevante na função de agente comunitário de saúde em seus estados. O dia 4 de outubro assinala a data da assinatura do Decreto 3.189/99, que fixa as diretrizes para o exercício da atividade de agente comunitário de saúde.

PLENÁRIO ACOLHE PROJETO QUE CRIA O DIA NACIONAL DO AGENTE MARÍTIMO

O Dia Nacional do Agente Marítimo será comemorado anualmente em 23 de junho, de acordo com projeto aprovado ontem em Plenário. A matéria (PLC 50/07) será encaminhada à sanção. Em seu relatório, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) afirma que os agentes marítimos desempenham papel fundamental no atendimento aos navios em cada porto, com destaque para as interfaces com as autoridades. “A presença do agente marítimo é também notável nas relações entre agentes comerciais e prestadores de serviço com atuação no comércio exterior, tanto na exportação como na importação”, argumenta Paulo Duque.

TRECHO DE RODOVIA EM VOLTA REDONDA SERÁ DENOMINADO “PREFEITO NELSON DOS SANTOS”

Projeto de lei da Câmara que dá o trecho da BR-393, referente ao contorno de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, o nome de “Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves” foi aprovado ontem no Senado. A matéria (PLC 119/07) agora vai à sanção do presidente da República.

João Pedro registra visita de Lula ao Amazonas e homenageia Luiz Bacellar

Foto de Gerardo Maggela



Para João Pedro, gasoduto Coari-Manaus é uma conquista do povo

João Pedro (PT-AM) registrou, ontem, a visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará ao Amazonas nesta semana. De acordo com o senador, o presidente participará da abertura da Quarta Feira Internacional da Amazônia, amanhã em Manaus, e também deverá visitar, em Coari, as obras do gasoduto Coari-Manaus.

– É uma conquista do povo brasileiro e uma obra audaciosa da Petrobras fazer o gasoduto passando por florestas, por áreas de várzeas, atravessando lagos e rios da nossa região.

Poeta

João Pedro também encaminhou à Mesa requerimento de voto de aplauso ao poeta amazonense Luiz Bacellar e homenageou o literato, que completou 80 anos de idade no

dia 4 de setembro.

– Os poemas de Bacellar emprestam vida e ação às coisas mais insignificantes e ordinárias do cotidiano. Ele lapida as palavras com humor e sensibilidade, características que o distinguem nessa tão delicada arte – disse o senador.

Luiz Bacellar nasceu em 1928, em Manaus. Atuou como professor e jornalista e foi conselheiro de Cultura do estado do Amazonas.

Casagrande cobra uso de diesel menos poluente

Conselho Nacional do Meio Ambiente decide amanhã se a nova composição do combustível, com menos enxofre, deve ser obrigatória já no próximo ano, como previsto

O SENADOR RENATO Casagrande (PSB-ES) manifestou o desejo de que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) ratifique a Resolução 315, de 2002, que obriga o uso do óleo diesel S-50 – que tem no máximo 50 partes de enxofre por milhão – a partir de 1º de janeiro do ano que vem.

O óleo hoje comercializado no país tem entre 500 partes por milhão (nas metrópoles) e 2.000 partes por milhão (nas áreas rurais). A decisão deve ser tomada pelo Conama em reunião marcada para amanhã.

No seu discurso de ontem, o parlamentar disse que algumas empresas contestam a resolução com o argumento de que ela só foi ratificada pela Agência Nacio-

nal do Petróleo em 2007, o que postergaria sua aplicação para 2012. Para o senador, empresas petrolíferas e fabricantes de automóveis que não se adequem em tempo hábil têm de arcar com suas responsabilidades. Citou abaixo-assinado promovido por diversas entidades pedindo muitas diárias com repasses exclusivos para aplicação no Sistema Único de Saúde (SUS) e assistência a pacientes com sintomas causados por inalação de enxofre.

Em aparte, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) aplaudiu o pronunciamento de Casagrande.



Casagrande lembra que diesel "sujo" prejudica a saúde e sobrecarrega SUS

Foto de Gerardo Maggela

Valadares: produto ruim foi banido da Europa

Em pronunciamento feito ontem, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou o uso de óleo diesel de má qualidade no Brasil, enquanto em países da Europa, assim como nos Estados Unidos e no Japão, só são aceitos os motores denominados Euro 4, que queimam óleo diesel limpo, com até 45 partes por milhão (ppm), conhecido como diesel S-50.

Valadares explicou que, no Brasil, a lei permite motores a diesel com 2.000 ppm em zonas rurais e 500 ppm nas cidades, embora o mesmo caminhão que foi abastecido na área rural não seja impedido de circular nos centros urbanos.

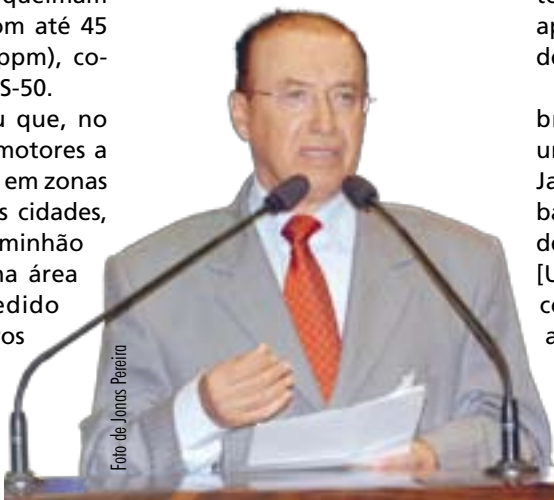
– A diferença é brutal: 45 ppm de enxofre na Europa e 500 a 2.000 ppm nas nossas cidades. E é preci-

samente essa diferença que nos torna recordistas em morte por envenenamento derivado do diesel sujo – afirmou.

O senador disse que essa situação se torna insustentável quando se leva em conta que as montadoras instaladas no

Brasil já possuem tecnologia para fabricar o motor de diesel limpo, que equipa exclusivamente os veículos destinados à exportação. Ele afirmou que a Petrobras também dispõe de meios para produzir o diesel limpo, embora os 14 mil postos da empresa comercializem apenas o diesel com alto teor de enxofre.

– Por que os pulmões dos brasileiros têm que respirar um produto que a Europa, o Japão e os Estados Unidos já baniram, e que o Laboratório de Poluição Atmosférica da USP [Universidade de São Paulo] já comprovou ser venenoso? Se as montadoras dispõem de tecnologia para fabricar motores limpos, adaptados ao diesel limpo, por que produzem esses motores só para exportação? – questionou Valadares.



Para Valadares, diesel S-50 deve ser obrigatório

Foto de Jonas Pereira

Jefferson Praia apóia propostas da revista *Veja*

Jefferson Praia (PDT-AM) apoiou as sugestões de especialistas sobre meio ambiente reunidos pela revista *Veja* para comemorar os 40 anos da publicação. A revista apresenta esta semana 40 propostas para que o país consiga desenvolver-se e reduzir suas injustiças sociais.

O senador destacou que uma dessas idéias, que consiste em tornar mais vantajoso manter uma árvore em pé do que derrubá-la, deve ser a base de todos os programas de preservação das florestas. Ele citou ainda a importância de se realizar um zoneamento ecológico, definindo com clareza quais áreas se prestam à preservação, à extração primária ou ao aproveitamento pela agropecuária. Jefferson entende que o zoneamento agroclimático é ferramenta vital para planejar o desenvolvimento sustentável.

– Não adianta tentar solucio-



Jefferson Praia aplaude sugestões da revista para o meio ambiente

Gerardo Maggela

nar o problema da devastação da floresta a golpes de lições de moral aos amazônidas, pois eles sobrevivem da extração e da agropecuária. Ou então pela via única da repressão, que só contribui para intensificar a violência, os conflitos e, portanto, não nos dá grandes soluções – sustentou.

Na opinião do senador, os especialistas reunidos pela revista foram felizes ao recomendar ao governo que unifique as 30 leis sobre meio ambiente existentes no país. Observou que, se a atual legislação for seguida cegamente, só 30% do território nacional poderá ser explorado.

Valdir Raupp quer dez anos sem desmatamento

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou ontem projeto de lei em que propõe a suspensão, por dez anos, da concessão de qualquer autorização de desmatamento na Amazônia Legal, à exceção das que tiverem certificado de plano de manejo florestal. O PLS 342/08 determina que "a manutenção da floresta primária em condições de preservação da biodiversidade e dos valores culturais e históricos de sua população ativa seja considerada um ativo econômico" e que os proprietários de terras que preservarem suas matas sejam recompensados com incentivos e prioridade em programas de empréstimo e subsídio público.

A proposta quer também



Proposta de Valdir Raupp concede incentivos a quem não desmatar

Gerardo Maggela

aumentar a produtividade de áreas já desmatadas, prevenindo incentivos para a melhoria genética do rebanho e para o replante da atividade de coleta em áreas já revitalizadas. Valdir Raupp propôs também a anistia das multas administrativas ambientais, mantendo a obrigação da recomposição das matas ciliares e das encostas.

Em aparte, o senador Jayme Campos (DEM-MT) declarou-se um aliado do projeto.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Romeu Tuma • Epitácio Cafeteira • Papaléo Paes • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

MALDANER PEDE DISCUSSÃO SOBRE PETRÓLEO

Casildo Maldaner (PMDB-SC) quer a participação ativa do Legislativo no debate sobre a exploração das reservas de petróleo da camada pré-sal. Ele observou que as descobertas podem representar perspectivas inéditas de desenvolvimento para o país, com "amortização da imensa dívida social". Porém, pediu cautela, salientando que a riqueza do pré-sal ainda não pôde ser dimensionada, persistindo dúvidas sobre a viabilidade da exploração.

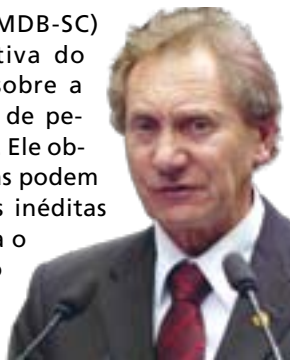


Foto de Geraldo Magela

DORNELLES: INVESTIMENTO DEVE TER PRIORIDADE

Para Francisco Dornelles (PP-RJ), a discussão em torno da exploração das jazidas petrolíferas na camada do pré-sal deve priorizar, em um primeiro momento, os investimentos necessários à exploração do petróleo. O senador disse reconhecer a importância do debate sobre a destinação dos recursos que vierem a ser obtidos e sobre a criação ou não de uma empresa estatal voltada para a administração das reservas. Observou, no entanto, que esses temas devem ser examinados em um contexto que priorize os investimentos necessários para a exploração das jazidas.



Foto de J. Freitas

PAPALÉO QUER MAIS MEDIDAS CONTRA TABACO

O governo precisa estimular medidas e campanhas antitabagistas para evitar um grande número de "mortes precoces", defendeu Papaléo Paes (PSDB-AP). Dados do Ministério da Saúde demonstram que a porcentagem de brasileiros acima de 15 anos que fumam caiu de 32% em 1989 para 16,4% atualmente. Entretanto, o tabagismo ainda ocasiona cerca de 85% das mortes por obstrução pulmonar crônica e 95% das por câncer de pulmão, destacou.

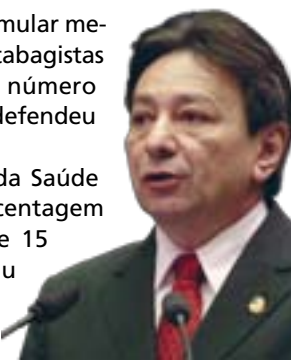


Foto de Geraldo Magela

Ensino da Libras poderá ser oferecido na educação infantil

Comissão de Educação aprova, em primeiro turno, projeto de Cristovam Buarque determinando que a Língua Brasileira de Sinais conste do currículo sem ser obrigatória para os estudantes

A OFERTA DO ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) passará a ser obrigatória na educação infantil e no ensino fundamental, segundo projeto aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Como foi acolhido na forma de substitutivo, o Projeto de Lei do Senado 14/07, de Cristovam Buarque (PDT-DF), será submetido a um turno suplementar na comissão.

De acordo com o texto aprovado, a disciplina de Libras será inserida na parte diversificada do currículo, "prioritariamente", na educação infantil e nos dois primeiros anos do ensino fundamental. O ensino da Língua Brasileira de Sinais, ainda conforme a proposta, será incluído "facultativamente" a partir da sexta série do ensino fundamental.

Cristovam Buarque, que também preside a CE, esclareceu que a Libras não será matéria obrigatória para os estudantes.

Dúvidas

Marisa Serrano (PSDB-MS) disse considerar o projeto "importante", mas

admitiu estar preocupada com a real possibilidade de se colocar em prática o ensino da linguagem. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chegou a questionar se não seria o caso de se estabelecer um prazo para a formação de professores.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que, a pedido de uma aluna surda, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) contratou um tradutor de Libras para ajudá-la.

Wellington Salgado (PMDB-MG) leu carta enviada por Lobão Filho (PMDB-MA), que se encontra em viagem ao exterior, demonstrando preocupação com a formação de professores em diversas outras matérias, além da Libras. Para Augusto Botelho (PT-RR), despesas com educação devem ser consideradas investimento. E, na sua opinião, é necessário investir na melhoria da qualidade da educação oferecida no país.

O relator *ad hoc* do projeto, senador Flávio Arns (PT-PR), recordou que a proposição ainda será submetida a um turno suplementar de votação. Até lá, ponderou, devem ser analisadas possíveis emendas ao texto.

Quem deve ser profissional de educação

A Comissão de Educação aprovou emenda da Câmara ao projeto (PLS 507/03) que define as categorias de trabalhadores que podem ser considerados profissionais de educação. A modificação, aceita pela relatora Ideli Salvatti (PT-SC), inclui professores habilitados em nível médio ou superior; portadores de diploma de Pedagogia com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional; e portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.



Rosalba, Cicero Lucena, Luiz Antonio da Eira e João Santana Filho durante audiência no Senado

Secretário diz que obras de transposição já são irreversíveis

Apesar da polêmica em torno da transposição de águas do rio São Francisco, a obra "é irreversível e está andando muito rápido", afirmou o secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Reis Santana Filho, em depoimento na comissão externa que acompanha as obras.

Segundo ele, a integração de águas do rio São Francisco com outras bacias do Nordeste trará incontáveis benefícios para a população da região em termos de abastecimento d'água para consumo e irrigação.

De acordo com o secretário, a transposição de águas para as bacias do Nordeste setentrional tem custo inicial estimado em R\$ 4,6 bilhões. Já a revitalização do rio custará R\$ 1,7 bilhão. Um conjunto de 36 "programas básicos ambientais" exigidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) consumirão outros R\$ 600 milhões. Assim, deverão ser gastos, a preços de hoje, R\$ 6,9 bilhões. Desse total, R\$ 2,1 bilhões já foram contratados e R\$ 304 milhões, desembolsados, informou Santana.

— Agora é que as empresas estão entrando. Até bem pouco tempo, só o Exército estava atuando — explicou.

Cronograma

Conforme o secretário, há obras dentro do cronograma, umas atrasadas e outras adiantadas. Entre aquelas em atraso, ele mencionou as que dependem de ações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), relativas ao Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas. Santana citou ainda obras que não puderam se realizar por conta das cheias de verão na região pernambucana de Cabrobó. O trecho chamado Eixo Leste está previsto para ser concluído até 2010 e o Eixo Norte, até 2012.

A comissão foi criada para acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da transposição e ao programa de revitalização. Quem a preside é Cicero Lucena (PSDB-PB), e a relatoria é de Rosalba Ciarlini (DEM-RN).



Propostas para criar escolas técnicas foram acolhidas na reunião da Comissão de Educação presidida por Cristovam Buarque (à esquerda)

Um dia para o rock e outro para o historiador

A Comissão de Educação acolheu ontem os projetos que instituem o Dia Nacional do Historiador e o Dia Nacional do Rock. Essas matérias ainda têm de ser apreciadas, respectivamente, pela Câmara dos Deputados e pelo Plenário do Senado.

A proposta que homenageia os historiadores (PLS 570/07) é de Cristovam Buarque (PDT-DF). Originalmente, o texto estabelecia que a data seria celebrada no dia 12 de setembro. Mas o relator Augusto Botelho (PT-RR) propôs uma emenda que altera a comemoração para 19 de agosto. A nova data foi escolhida para homenagear Joaquim Nabuco, que nasceu em 19 de agosto de 1849.

Já a criação do Dia Nacional do Rock está prevista em projeto de lei (PLC 67/08) do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA). Ele propôs que a comemoração seja realizada no dia 28 de junho, em homenagem ao cantor Raul Seixas, nascido nesse mesmo dia e mês de 1945.

Criação de escolas e debate sobre Olimpíadas

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação o projeto que autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Valparaíso de Goiás. A proposta, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), foi deliberada em decisão terminativa. A CE aprovou ainda dois projetos de Arthur Virgílio (PSDB-AM). O primeiro (PLS 647/07) autoriza o Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Manacapuru (AM). O segundo (PLS 575/07) autoriza a criação da Escola Técnica Federal Naval de Itacoatiara (AM).

A comissão também acolheu requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) para que sejam convidados, entre outros, o ministro do Esporte, Orlando Silva; o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman; o técnico Bernardinho (voleibol) e a atleta Maureen Maggi (salto) para discutir o desempenho do país nos Jogos Olímpicos.

Valter Pereira questiona demarcações

Demarcações de terras indígenas feitas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) estão – de acordo com Valter Pereira (PMDB-MS) – desestabilizando a região de Dourados (MS). Ele informou que cerca de 5 mil manifestantes participaram, no sábado, de protesto contra as demarcações previstas em portarias.

Para Valter, a Funai está estimulando a “ocupação de áreas produtivas”, criando, assim, clima de instabilidade no estado. Segundo o senador, a região de Dourados é responsável por cerca de 60% da produção de grãos do estado. “Hoje os negócios de terra em Mato Grosso do Sul já arrefeceram, os investidores estão deixando de fazer seus investimentos”, disse.



Valter: “Funai estimula ocupação de áreas produtivas em Dourados”

Mão Santa elogia protesto de universitários

O protesto realizado por estudantes de odontologia da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), durante as comemorações do 7 de Setembro, em Parnaíba, contra o abandono do *campus* local da instituição, foi registrado por Mão Santa (PMDB-PI).

De acordo com o senador, os alunos – “jovens heróicos e bravos” – reivindicaram a contratação de professores efetivos; acervo bibliográfico atualizado; investimentos em infra-estrutura; aquisição de material de consumo e de limpeza para o funcionamento das clínicas odontológicas; instalação de laboratórios de fisiologia, pré-clínica, biotério, sala de raio X e reforma do prédio da faculdade, entre outras exigências.



Mão Santa registra passeata na Universidade Estadual do Piauí

Audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária levanta questões como a repercussão do aumento do plantio de cana-de-açúcar no custo dos grãos



Na audiência, Arnoldo Campos (E), Sílvio Farnese, Onaur Ruano, Neuto de Conto, Marcelo Martins e Isidoro Revers

Debate: conjunto de fatores elevou preços dos alimentos

O AUMENTO DOS preços dos fertilizantes e do petróleo, aliado à concessão de subsídios agrícolas, a problemas de ordem climática em países produtores, como a Austrália, e à redução de estoques de grãos, forçou a elevação dos preços dos alimentos em todo o mundo. A afirmação foi feita ontem pelo assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Marcelo Martins, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) destinada a debater a crise mundial da produção e dos preços dos alimentos.

Marcelo Martins disse ainda que a produção do etanol não pode ser apontada como a grande vilã pelo aumento dos preços dos alimentos no mercado

nacional. Conforme ressaltou, enquanto a produção de grãos atinge 47 milhões de hectares, a de cana-de-açúcar – matéria-prima para a produção de etanol – está restrita a 3,5 milhões de hectares, ou seja, a 0,41% da área total. Para o assessor da CNA, o etanol, portanto, não compete com a produção de alimentos.

Tendência

Sílvio Farnese, do Ministério da Agricultura, que também tomou parte da reunião, informou que as principais *commodities* agrícolas tiveram substancial aumento de preços em todo o mundo de janeiro de 2006 a janeiro de 2008. O preço do arroz, um desses produtos primários, segundo observou, teve

um acréscimo, no período, de 150%, e o do milho, de 155%.

Ele declarou também que há uma “tendência efetiva” de aumento no consumo de alimentos no planeta nos próximos anos, especialmente na África e na Ásia. Mas observou que já se constata uma baixa nos preços das principais *commodities* em todo o mundo.

Farnese destacou o crescimento, no país, da produção de carne bovina e de frango (o Brasil é o segundo maior produtor de carne de frango no mundo) e apontou dois problemas que forçam a elevação dos preços dos produtos agrícolas e prejudicam o bolso do produtor: os altos preços dos fertilizantes importados e o aumento dos fretes.

Para Neuto de Conto, Brasil não é vilão da crise

Críticas internacionais dando conta de que grande parte das terras agricultáveis brasileiras está sendo usada para a produção de bioenergia, em detrimento da produção de alimentos, só podem vir de pessoas que estão a serviço de alguém ou não conhecem o Brasil. A afirmação foi feita na audiência de ontem pelo presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Neuto de Conto (PMDB-SC).

Para o parlamentar, as críticas são infundadas, uma vez que, enquanto o mundo, neste início de século, reduziu em cerca de 50% seus estoques de alimentos, com destaque para os grãos, o Brasil aumentou as suas exportações em 38%.

– O Brasil não é o responsável pela falta de alimentos no mundo, mas sim os países que exploram a produção de insumos agrícolas, com destaque para os fertilizantes, que sofrem constantes majorações – salientou Neuto de Conto.

O presidente da CRA reivindicou também uma política agrícola estratégica para a produção de alimentos, com a inclusão de insumos básicos.

José Nery (PSOL-PA), autor do requerimento para a realização da audiência, defendeu a adoção de uma política de segurança alimentar efetiva, voltada para atender aos brasileiros mais pobres. Nery também manifestou preocupação, assim como Cícero Lucena (PSDB-PB), com o aumento da área plantada de cana-de-açúcar, usada para fabricação de etanol, em detrimento da produção de alimentos.

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a manutenção de estoques de grãos para equilibrar o mercado e assegurar preços estáveis. Em resposta ao senador João Pedro (PT-AM), Sílvio Farnese, do Ministério de Agricultura, informou que o governo mantém 1,100 milhão de toneladas de arroz em estoque. João Pedro solicitou ainda ações para beneficiar tanto os produtores quanto os produtos da Amazônia.

Baixa renda sofre mais com a inflação

A elevação dos preços dos alimentos prejudica de forma mais acentuada a população mais pobre, tendo impactos menores sobre as classes mais ricas. A afirmação é do secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Onaur Ruano. Ele participou do debate realizado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

– Para a população que tem renda média de R\$ 380, a inflação dos alimentos chega a 35%. Já para as famílias na faixa de renda de R\$ 2.700, o impacto da alta de preços está em torno de 22% – apontou Ruano, ao lembrar que a população carente destina cerca de 70% do orçamento doméstico para a compra de alimentos.

No mesmo sentido, Arnoldo Campos, diretor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ressaltou que a crise de alimentos apresentou maiores conseqüências nos países pobres e que não mantêm políticas de segurança alimentar.

Para exemplificar, Campos citou o baixo impacto da crise no Japão e nos países da União Européia, que adotam políticas de estoques de alimentos e valorizam a diversificação produtiva e a agricultura familiar. Ao contrário, disse, a alta dos alimentos resultou em graves impactos para mais de 40 países em desenvolvimento, em especial na África.

Para o representante da Comissão Pastoral da Terra, Isidoro Revers, a crise mundial de preços dos alimentos estaria sendo gerada pela especulação de grandes grupos econômicos. Revers alertou para o poder das grandes empresas que controlam o conjunto de tecnologias utilizadas no campo, destacando as corporações produtoras de sementes e insumos agrícolas, que também dominam o sistema de comercialização de *commodities*.

César Borges defende projeto sobre municípios

César Borges (PR-BA) cobrou do Senado a aprovação imediata do substitutivo de Tasso Jereissati ao projeto de lei que estabelece regras básicas para a criação, a fusão e o desmembramento de municípios.

Aprovado no último dia 27 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o substitutivo ao PLS 98/02 – Complementar está na pauta do Plenário. A proposta original teve como autor o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Em seu discurso, César Borges explicou que todos os municípios criados no Brasil a partir de 1996 poderão retornar à condição de distrito, caso a proposta não seja aprovada pelo Congresso Nacional até 11 de novembro deste ano.



Projeto deve ser aprovado até 11 de novembro, diz César Borges

ACM Júnior teme que cidades se tornem distritos

A urgente aprovação do projeto que trata da criação de novos municípios também foi defendida por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). O senador lembrou que esse projeto regulamenta a Emenda Constitucional 15, que considerou inconstitucional a criação de 27 municípios, entre eles Luís Eduardo Magalhães e Barrocas, na Bahia.

– Estamos no limite do tempo; esse projeto precisa ser aprovado urgentemente porque há muitos municípios em uma situação de vazio jurídico, ameaçados de voltarem a ser distritos dos municípios que deram origem a eles. Temos o caso de Luís Eduardo Magalhães, que é um município com a economia já consolidada, e temos outros casos.



“Estamos no limite do tempo”, adverte Antonio Carlos Júnior